



Comer é um ato político.

Ou, um breve panorama dos modos de produção de alimentos.

**Tadeu Lima de Souza<sup>1</sup>**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

#### **Resumo.**

Trazemos neste artigo, com pequenos ajustes, o texto apresentado no capítulo 2 do trabalho monográfico “Agroecologia: o que a escola na cidade tem a ver com isso? Narrativas, descobertas e ideias sobre um despertar de geograficidades a partir da investigação nas hortas escolares da rede municipal de Duque de Caxias/RJ”<sup>2</sup>, defendido em 2020 para o grau de licenciado em Geografia na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, campus da UERJ em Duque de Caxias/RJ. Em “Comer é um ato político”, o modelo de produção de alimentos da atualidade é apresentado em oposição à agroecologia. O objetivo é, a partir do entendimento dos impactos do modo de produção hegemônico na atualidade, pensar o papel da cidade - em especial da escola na cidade - nesse debate. Para isso, trazemos um resumido panorama da implementação da agricultura no Brasil, apresentando a agroecologia como alternativa viável para produzir alimentos.

**Palavras-chave:** agroecologia; agricultura; geograficidade.

#### **EATING IS A POLITICAL ACT. OR, A BRIEF OVERVIEW OF FOOD PRODUCTION METHODS.**

#### **Abstract.**

We bring in this article, with minor adjustments, the text presented in chapter 2 of the monographic work “Agroecology: what does the school in the city have to do with it? Narratives, discoveries and ideas about an awakening of geographicities from the investigation in the school gardens of the municipal network of Duque de Caxias/RJ”, defended in 2020 for the degree of degree in Geography at the

---

<sup>1</sup> Mestrando do programa de pós graduação em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Professor de Geografia na rede Firjan Sesi,

E-mail: falarcomtadeu@gmail.com. ORCID 0000-0002-7311-3183

<sup>2</sup> Sob orientação da professora Dra. Lorena Bonomo, DEGEO - Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.

Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, UERJ campus in Duque de Caxias/RJ. In "Eating is a political act", the current food production model is presented in opposition to agroecology. The objective is to think about the role of the city - especially the school in the city - in this debate. For this, we bring a brief overview of the implementation of agriculture in Brazil, presenting agroecology as a viable alternative to produce food.

**Keywords:** agroecology; agriculture; geographicity.

## TÍTULO ESPAÑOL

### Resumen.

Traemos en este artículo, con pequeños ajustes, el texto presentado en el capítulo 2 del trabajo monográfico "Agroecología: ¿qué tiene que ver la escuela en la ciudad? Narrativas, descubrimientos e ideas sobre un despertar de las geográficas a partir de la investigación en los huertos escolares de la red municipal de Duque de Caxias/RJ", defendida en 2020 para la carrera de Licenciatura en Geografía en la Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, campus UERJ en Duque de Caxias/RJ. En "Comer es un acto político", se presenta el actual modelo de producción de alimentos en oposición a la agroecología. El objetivo es pensar el papel de la ciudad -en especial de la escuela en la ciudad- en este debate. Para esto, traemos una breve descripción de la implementación de la agricultura en Brasil, presentando la agroecología como una alternativa viable para producir alimentos.

**Palabras clave:** agroecología; agricultura; geografía.

“Eu não sabia que as pedrinhas do rio que eu guardava  
no bolso fossem de posse das rãs.”

Manoel de Barros

## Introdução

“Comer é um ato político”. Na raiz do sentido de política nas relações entre as pessoas e das pessoas com o ambiente. Comer envolve necessidades e decisões do nosso corpo, mas envolve também outras condições para que a comida chegue nas nossas mãos, nas nossas mesas. Todo sabor que experimentamos possui sua história e não devíamos estar alheios a ela.

A existência da espécie humana como conhecemos nos dias atuais está ligada diretamente ao fato de nossos ancestrais terem aprendido a plantar e colher, compreendendo e colaborando com a natureza na produção de alimentos. Cerca de 12.500 anos atrás tal habilidade começou a nos permitir fixar num território (mesmo que temporariamente) e reproduzir nossa espécie com menos surpresas. A história vai chamar de “revolução neolítica”. Manoel B. B. Costa escreve que:

pela domesticação de não mais de 300 espécies vegetais e 18 animais, o homem foi consolidando seus hábitos alimentares até os dias de hoje. Plantas e animais foram sendo domesticadas e selecionadas à luz de sua eficiência produtiva e resiliência a estresses causados por problemas climáticos e sanitários diversos, em cada situação específica. (COSTA, 2017, p. 16-17)

O desenvolvimento de técnicas de plantio permitiu a organização de sociedades e constituiu culturas e modos de ser e fazer. A agricultura, a comida, está portanto no eixo central das civilizações. Os pratos típicos de um determinado povo ou região estão diretamente relacionados com aquilo que as condições edáficas<sup>3</sup> oferecem naturalmente ou favorecem o cultivo. No contexto da globalização, aos olhos desavisados, pode parecer uma grande dádiva dos dias atuais a quantidade de marcas e produtos disponíveis nos

---

<sup>3</sup> que se referem às características e processos relacionados ao solo que influenciam no crescimento e desenvolvimento de plantas. As condições edáficas desempenham papel fundamental na agroecologia.

mercados ou todo alimento de preparo rápido que muito “facilita” a vida corrida do cotidiano das grandes metrópoles e das cidades. Porém, sabemos que toda facilidade e aparente diversidade que encontramos ao alcance nas prateleiras é fruto de um modelo de desenvolvimento onde um pequeno grupo de empresas detém o controle de decisões sobre toda a cadeia de produção e distribuição de alimentos. E nem sempre as decisões das corporações nos favorecem enquanto humanidade.

Ao buscarmos compreender brevemente o modo hegemônico de produção de alimentos no mundo e no Brasil, nos deparamos com suas contradições e isso justifica a importância de se debater e implementar alternativas anti-sistêmicas e contra a lógica do grande capital. Monica Rocha (2019) nos coloca a pensar sobre as escolhas que nossa sociedade fez a respeito da forma como produz alimento. Ela nos diz:

Almoçar um sanduíche ultraprocessado correndo no intervalo do trabalho, de pé, pela rua, ou almoçar com lentas mastigações, uma comida recém preparada e com ingredientes locais pode dizer muito mais sobre a sociedade e o território onde estamos inseridos do que propriamente sobre nossa fome ou nossa vontade: escolhas alimentares são absolutamente condicionadas e ilustram todo um ambiente e paisagem alimentares. (ROCHA, 2019, p 15-16)

Ou seja, aquilo que comemos, nossas escolhas alimentares, também expressam os impasses na relação das sociedades capitalistas com a natureza e entre os homens: a apropriação desigual das riquezas e da produção, a devastação de recursos, a exclusão de parcela da população.

Há que se considerar o fato de que atualmente muito do alimento que é produzido/consumido contém altas concentrações de açúcar, sal e gorduras. Ao pensar nossos hábitos alimentares no contexto do mundo globalizados deve-se pontuar também todo custo econômico, ambiental e social que envolve o desperdício de alimento, não apenas o desperdício doméstico, mas, em maior escala, de todo recurso (água, combustível, etc) envolvido na produção de alimentos processados e ultraprocessados que acabam com validade vencida ou mal estocados.

O Brasil, país que desde seu passado colonial serviu o mundo com produtos agrícolas, atende até os dias atuais uma lógica econômica e de negócio pautada na exportação de produtos primários. Grande parte da soja,

da carne, da cana e do milho produzido no Brasil é destinado à exportação. Enquanto isso, em oposição ao agronegócio, a agricultura familiar é responsável, como destaca Costa (2017), “por cerca de 70% do abastecimento interno” (COSTA, 2017, p. 14).

Para compreendermos a importância do debate que aqui propomos, dividimos este artigo em duas seções e apontamentos finais. Na primeira parte articulamos a ideia de crise da modernidade no contexto da globalização e um breve panorama do agronegócio e agroindústria no Brasil; em seguida apresentamos a agroecologia como uma nova ética emergente, em oposição ao agronegócio e com potencial de contribuir na superação da crise da atualidade. Trazemos ainda a perspectiva da escola da geografia para o debate, em especial nos apontamentos finais do texto.

### **“Agro é pop”: a agricultura moderna e a crise da atualidade.**

Quando cheguei a FEBF, em 2015, havia uma grande faixa com a inscrição “FORA MONSANTO”, na área do campus onde os estudantes iniciaram atividades de plantio. A simples “anti-propaganda” já nos provocava a reflexão. Ainda nos primeiros anos da licenciatura, sem pretensão de me debruçar sobre o tema da agroecologia como pesquisa, aproximei-me da Geofloresta, um projeto de plantio em Sistema Agroflorestal (SAF) realizado desde 2012 pelos estudantes ligados ao Centro Acadêmico Sueli do Nascimento, entidade que representa os estudantes do curso de geografia da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. Os Sistemas Agroflorestais dizem respeito a práticas de plantio de diferentes espécies, consorciadas. Sendo uma prática realizada por diversos povos ao longo dos séculos, foi apenas a partir da década de 1950, de acordo com Silva (2013), que começou a se definir e sistematizar essa forma combinada de produção, que se dissemina por todo o planeta, em especial nas zonas de clima intertropical.

**Figura 1**  
Geofloresta FEBF



Fonte: Reprodução da página da Geofloresta no Facebook

A Monsanto se define em seu site como uma empresa de agricultura moderna. Já os SAFs, como o implementado na Geofloresta, tratam da prática de cultivar alimentos em associação de diferentes espécies vegetais, incluindo árvores de diferentes portes, sendo um dos diferentes modelos de produção agroecológicos. O modelo promovido pela Monsanto e a Agroecologia são antagônicos.

A Agricultura moderna é sinônimo para agricultura com uso de venenos, químicos e máquinas. Como abordam MACHADO e MACHADO FILHO, havia “um interesse específico do grande capital nas produções agrícolas do trópico e subtropical.” (MACHADO e MACHADO FILHO, 2017, p. 51) Assim, a promoção do uso dos agroquímicos e a expansão de seu modelo, tanto na Europa, Japão e Estados Unidos como em outras regiões do planeta, foi incentivada por organismos internacionais, apoiada por governos através de políticas públicas e com fomento ao crédito, além da criação de instituições de pesquisa e ensino dedicadas ao tema. (MACHADO e MACHADO FILHO, 2017)

A agricultura moderna enfatiza a alta produtividade de sistemas especializados, sendo um padrão produtivo desenvolvido inicialmente em

países frios e temperados. A expansão de tal modelo produtivo ficou conhecida como a “Revolução Verde”, que, de acordo com Costa:

Passou a ganhar expressão nas regiões tropicais com o fim da II Guerra Mundial, de forma coerente com os interesses e determinantes do complexo industrial petro-químico-mecânico, até então envolvido com a produção bélica. (COSTA, 2017, p.31)

A intensificação da produção trazida com a Revolução Verde logo tornaria evidente os seus impactos. O avanço da fronteira agrícola promovendo o desmatamento com a incorporação de terras pelas atividades agrárias, bem como os conflitos pela posse da terra são os impactos mais imediatos da atividade agroindustrial no campo brasileiro. Além disso, o uso dos agrotóxicos traz prejuízos à saúde dos trabalhadores, contaminam o solo, podem comprometer o lençol freático e a biodiversidade. Para Costa, "a agricultura moderna é insustentável, porque deteriora as condições que as tornam possível" (COSTA, 2017, p. 26) ou seja, o modelo da agricultura moderna destrói os recursos dos quais é dependente: a água, o solo e a própria biodiversidade.

Estamos vivendo em desajuste. Num mundo com desigualdade crescente a disparidade de renda e a concentração de riquezas nas mãos poucos é cada vez mais flagrante. Thomas Piketty, em sua obra *O capital no século XXI*, o autor defende que o retorno sobre o capital tende a ser maior do que o crescimento econômico, o que leva a uma maior desigualdade de riqueza e renda, afirmando ainda que há uma “tendência inexorável de o capital acumular e se concentrar em cada vez menos mãos, sem que houvesse um limite natural para esse processo” (PIKETTY, 2014, p. 17), que é o “princípio da acumulação primitiva” definido por Karl Marx.

A fome segue sendo um problema em pleno século XXI; lugares ao redor do planeta apresentam efeitos de mudanças no clima; diversas espécies foram extintas nos últimos anos, a maioria delas em consequência da ação humana; guerras e violações de direitos acontecem em em vários lugares do mundo pelos mais variados motivos. São muitos os pontos de vista que tentam explicar a crise da atualidade, mas a maioria concorda tratar-se de um contexto onde as ações humanas, quando não estão no centro do problema, estão - no

mínimo - envolvidas. Para Josafá Carlos de Siqueira, S.J., é preciso reordenar hábitos e costumes para a formulação de uma nova ética ambiental uma vez que “a crise ambiental é mais uma crise antropológica do que uma crise da natureza” (SIQUEIRA, 2007, p. 131).

A globalização, atual fase de expansão do modo de produção e acumulação capitalista, é uma espécie vetor de uma série de contradições que vivemos. Milton Santos, geógrafo brasileiro de renome internacional, considera a globalização como “três mundos” simultâneos e complementares:

O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro, o mundo como ele pode ser: uma outra globalização. (SANTOS, 2008, p. 18)

Em analogia, a fábula seria, por exemplo, os commodities e os números da balança comercial ou a variedade de produtos à disposição nas prateleiras das grandes redes de supermercados. A globalização perversa é, entre outras mazelas, a que promove o agrotóxico em nossas mesas, promove a violência no campo, explora e expropria trabalhadores e populações inteiras. A agroecologia, do nosso ponto de vista, se alinha à ideia de um novo mundo possível proposto por Milton Santos. Ela agrupa um conjunto de ideias sobre sustentabilidades e a preocupação em melhorar a produção de alimentos, ao passo que reduz os impactos ambientais e sociais da atividade (ALTIERI, 2012; COSTA, 2017).

Uma das explicações para a crise que vivemos na atualidade está na forma como nos relacionamos uns com os outros e com o restante da existência. Siqueira (2007), ao tratar do período conhecido como Renascimento (séc. XIV – XVI), na Europa, observa duas interpretações distintas da natureza: a primeira cartesiana, dedicada a quantificar e organizar matematicamente a natureza. E uma segunda interpretação, que propunha uma dimensão qualitativa e holística da natureza. Siqueira (2007) nos diz que a primeira interpretação, a cartesiana, vai se expandindo, ofuscando a segunda dimensão. Nasce nesse período uma certa visão de mundo onde a natureza vai sendo reduzida a recurso/matéria prima. Toda essa lógica impulsiona a expansão marítima dos Estados absolutistas da Europa. Posteriormente, o

ponto de vista renascentista diante do mundo será muito útil à industrialização que se iniciará nos séculos seguintes. Com a natureza reduzida à matéria prima, as pessoas são reduzidas a consumidores e a felicidade passa a ser uma mercadoria (SIQUEIRA, 2007).

As contradições contidas na lógica com que nossa sociedade compreende a natureza podem facilmente ser notadas na maneira como produzimos, distribuimos e concentramos alimentos. O mundo ocidental atual enfrenta dois problemas antagônicos: a obesidade e a fome. Em si, a simples existência concomitante de tais condições já faz saltar aos olhos a desigualdade do mundo em que vivemos. Quem são os que comem além das necessidades e quem são os que dormem com fome? Quantos fatores conduziram cada caminho?

Na internet é possível encontrar notícias a respeito do último relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) intitulado “O estado da segurança alimentar e da nutrição no mundo”<sup>4</sup> que dão conta de que 820 milhões de pessoas em todo o mundo não tiveram acesso a alimentos suficientes em 2018; enquanto, de acordo com dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), 1 em cada 8 adultos no planeta é obeso. Não pretendemos aqui refletir ou destacar os indivíduos isoladamente, mas provocar o olhar para as muitas lógicas e interesses que podem estar por trás de dietas processadas, ricas em açúcares e gorduras para uns e limitações e desnutrição para outros. Comida no lixo de uns, lixo como comida para outros.

Os professores Phillipe Rodrigues, Erika Reis, Carlos Sá e Alexandre Palma em artigo intitulado “Obesidade e o peso do interesse do capital” expõem a complexidade relacionada ao tema da obesidade, que deve ser compreendida para além da dimensão de uma doença ou condição classificada pelo excesso de tecido adiposo. Os autores destacam que aspectos genéticos, sociais, culturais e até políticos estão em interação e que “é preciso avançar muito na discussão do interesse econômico das indústrias de alimentos e bebidas e sua contribuição para o aumento da obesidade no mundo.”

---

<sup>4</sup> Notícia no site da ONU sobre a fome no mundo [Fome atinge mais de 820 milhões de pessoas diz relatório da ONU](#) Acesso em 12/11/2020.

(RODRIGUES et al, 2015, p. 60).

De acordo com pesquisa da Oxfam<sup>5</sup> divulgada pelo *site* de notícias da BBC<sup>6</sup>, apenas 10 conglomerados empresariais controlam a produção de boa parcela dos produtos alimentícios disponíveis nas redes de supermercado ao redor do mundo. No Brasil, com forte influência inclusive no espectro político, as grandes empresas do agronegócio buscam a manutenção de sua hegemonia e controle de toda a cadeia produtiva. Da semente à distribuição tudo é parte de uma rede onde cada um cumpre um papel.

O professor Henri Acselrad aponta a tendência em buscarmos a solução para a crise ambiental da modernidade “sem abandonar o padrão da modernização” (ACSELRAD, 2004, p. 23). Segundo Acselrad, o “pensamento dominante” considera o desperdício (de matéria e energia) a questão central dos problemas ambientais atuais, desconsiderando a “presença de uma lógica política a orientar a distribuição desigual dos danos ambientais” (ACSELRAD, 2004, p. 23). A respeito disso, o líder indígena Ailton Krenak nos indaga: “Como justificar que somos uma humanidade se mais de 70% estão totalmente alienados do mínimo exercício do ser?” E continua: “A modernização jogou essa gente do campo e da floresta para viver em favelas e em periferias, para virar mão de obra em centros urbanos.” (KRENAK, 2019, p. 14). No Brasil, desde a invasão européia até o dia de hoje, os povos tradicionais deste território muitas vezes pagam com a própria vida os danos desigualmente distribuídos de que fala Acselrad.

Mais que soluções imediatistas, as reflexões que se apoiam numa ética ambiental que divirja da vigente há pelo menos 5 séculos, precisam apontar para uma crítica à racionalidade em desequilíbrio vigente. Precisamos urgentemente compartilhar de novos olhares para o mundo de forma a encontrar saídas em outras epistemologias, pois dentro do próprio capitalismo e na modernidade não há salvação. O capital é “irreformável” e “incontestável”, adverte Mészáros: “procurar margens de *reforma sistêmica* na própria estrutura

---

<sup>5</sup> Oxfam Internacional é uma organização não governamental fundada em 1942 no Reino Unido, atualmente com sede no Quênia. Com atuação em quase 20 países e centenas de parceiros, a organização pesquisa e busca soluções para a pobreza e a desigualdade.

<sup>6</sup> Notícia sobre pesquisa da Oxfam <https://www.bbc.com/portuguese/geral-37710637>, acesso em 17/08/2022.

do capital é uma *contradição em termos*.” (MÉSZÁROS, 2008, p. 27).

O capitalismo reformula-se desde sua origem, mantendo suas contradições. O padrão produtivo moderno e mecanizado, que está presente em parte da produção agropecuária e agrícola brasileira elevando os números da nossa balança comercial e contribuindo substancialmente na composição do nosso produto interno bruto – PIB, é o mesmo padrão produtivo que expropria trabalhadores e populações, causando impactos e injustiças ambientais. A razão por trás do poder promove mudanças ou assegura a manutenção de certas decisões para manter o status quo e reproduzir-se no controle (COSTA, 2017; OLIVEIRA, 2007; PORTO-GONÇALVES e ALENTEJANO, 2010).

Manoel B. B. da Costa defende que o padrão agroquímico e mecanizado implantado com a Revolução Verde no Brasil, já nos anos 1960, mas com mais força a partir dos anos 1970, serviu exclusivamente a interesses econômicos. Se por um lado algumas mudanças no padrão produtivo foram forçadas ou incentivadas (mecanização, informatização), por outro, algumas das práticas se repetem. Desde a chegada dos europeus ao território que hoje chamamos Brasil, a atividade da agricultura no geral tem sido conduzida sem a menor preocupação com a preservação ambiental. Por aqui, seguiu a lógica histórica de pouco cuidado e mau uso dos recursos naturais. “A agricultura se constitui na atividade humana que mais demanda território, promovendo impactos difusos sobre o meio físico e biológico” (COSTA, 2017, p. 21). Restam apenas 8% da Mata Atlântica, frutos da exploração desenfreada desde o período colonial. Atualmente são a floresta Amazônica e o Cerrado que estão ameaçados pela atividade agropecuária predatória. (COSTA, 2017).

A concentração de terras é algo que permanece na lógica de acumulação do espaço agrário do Brasil. A terra transformada em mercadoria tem preço, mas não tem valor, pois apenas o trabalho é capaz de produzir valor, portanto, não é possível ao capitalista extrair da terra a mais-valia sem que se realize trabalho nela. Logo, no Brasil, o interesse das elites na manutenção da propriedade privada da terra e na ausência de políticas de reforma agrária se configura como uma forma bastante objetiva de separar trabalhadores dos meios de produção.

Sabe-se que a Abolição da escravidão em 1888 teria acontecido atendendo interesses da elite da época em não promover a reforma agrária. O Estatuto da Terra, de 1964, que mesmo durante o regime militar retomou o tema e propôs que houvesse uma distribuição mais justa das terras como uma tentativa de reduzir a organização campesina. A Constituição de 1989, também volta ao assunto, já que o estatuto dos militares nunca saiu do papel e a concentração de terra era então uma permanência. Até os dias atuais ainda há luta e reivindicação por terras por parte de famílias de trabalhadoras e trabalhadores do campo, quilombolas, ribeirinhos e comunidades indígenas evidenciando a necessidade de políticas efetivas de políticas neste sentido. (OLIVEIRA, 2007; PORTO-GONÇALVES e ALENTEJANO, 2010).

O crescente uso de pesticidas e insumos químicos nas lavouras brasileiras, oriundo de um modelo produtivo hegemônico e impositivo que foi sendo incentivado a partir da Revolução Verde e desenvolvido no país ao longo das últimas décadas, deveria ser tratado como um caso de saúde pública. Como dito, ainda na introdução deste trabalho, o uso de agrotóxicos é uma realidade brasileira. Nos últimos anos, pesquisas diversas têm sido divulgadas na imprensa tradicional e digital, nos alertando para a presença excessiva dos químicos usados nas plantações. O *site* "Por trás do alimento"<sup>7</sup> divulgou um relatório onde testes realizados na água revelam a presença de pelo menos um tipo de agrotóxico (entre 23 testados) nas amostras de 1 em cada 4 cidades brasileiras, de todas as regiões do país (algumas amostras revelam a presença de mais de um tóxico), o que corresponde a 25% das amostras. É muita coisa! Sendo um dos países que mais utilizam agrotóxicos em suas plantações, o impacto dos defensivos agrícolas é uma ameaça às brasileiras e aos brasileiros e também para as abelhas e outros animais afetados pelos venenos.

Porto-Gonçalves e Alentejano (2010) ao destacarem aspectos da geografia agrária brasileira, ressaltam a disponibilidade de água e terras agricultáveis no Brasil como uma vantagem natural para o tipo de atividade. Já que não podemos, na globalização, pensar o espaço brasileiro por ele mesmo, mas numa mistura das relações locais com as globais, devemos estar atentos

---

<sup>7</sup> Disponível em: Por trás do alimento <https://portrasdoalimento.info>.

que “no lugar de uma imaginação de um mundo de lugares determinados, somos agora apresentados a um mundo de fluxos” (MASSEY, 2008, p. 126). Assim se explica o crescente interesse de conglomerados estrangeiros por terras em território nacional. As fronteiras agrícolas da Amazônia e do Cerrado para plantio de cana, milho e soja são chamadas por Porto-Gonçalves e Alentejano (2010) como “áreas de expansão”, o que faz até bastante sentido, já que não são de fato fronteiras, pois a atividade agroindustrial segue avançando a cada ano. É fundamental que tenhamos clareza que a degradação do cerrado acontece para que empresas estendam suas monoculturas dedicadas principalmente ao mercado e demandas externas.

Outro ponto importante para compreendermos a realidade do campo brasileiro hoje requer olharmos para a violência. Em muito relacionada às tensões entre fazendeiros e povos tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos), o contexto da violência no campo chega a ser comparado por Porto-Gonçalves e Alentejano (2010) com os filmes do estilo Velho Oeste, do cinema americano. Com os povos indígenas na mira dos grandes pecuaristas e fazendeiros, mas também de garimpeiros e madeireiros, Krenak denuncia que:

Desde o Nordeste até o leste de Minas Gerais, onde fica o rio Doce e a reserva indígena das famílias Krenak, e também na Amazônia, na fronteira do Brasil com o Peru e a Bolívia, no Alto Rio Negro, em todos esses lugares as nossas famílias estão passando por um momento de tensão nas relações políticas entre o Estado brasileiro e as sociedades indígenas. (KRENAK, 2019, p. 37)

Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2001) nos lembra que a violência está no centro das relações do campo brasileiro e não é uma novidade do último século: “O território capitalista, no Brasil, tem sido produto da conquista e destruição dos territórios indígenas” (OLIVEIRA, 2001, p. 190). Posteriormente, foram às populações trazidas do continente africano para o trabalho forçado na lavoura conhecerem a face da violência. Aqueles que resistiram à escravidão e se organizaram nos quilombos também sofreram a ação violenta e repressora dos fazendeiros ditos senhores no território capitalista colonial. Ao longo da história do Brasil a luta de camponeses por terra e liberdade nunca cessou. O professor Ariovaldo Oliveira vai nos lembrar que “Canudos, Contestado, Trombas e Formoso fazem parte destas muitas histórias de luta no campo

brasileiro”. (OLIVEIRA, 2001, p. 190).

Em 1964, com o golpe que levou os militares ao poder, a situação de conflito permaneceu. Apesar de ter sido criada uma lei, o Estatuto da Terra, “para fins de execução da reforma agrária e política agrícola” (BRASIL, lei 4.504/1964), a concentração de terras permaneceu uma realidade nacional. Sobre as mortes resultantes de conflitos no campo, Oliveira (2001) aponta que no Nordeste a violência buscava frear as reivindicações populares por terra e trabalho. Na região Amazônica, já na década de 1970, o cenário de violência instalou-se devido ao projeto de desenvolvimento agropecuário e industrial que se expandia para a região, expropriando terras indígenas e populações de origem pobre e marginalizadas. A Constituição de 1988 retoma o tema da reforma agrária, mas os conflitos no campo permanecem até os dias atuais. Um dos movimentos sociais mais organizados no Brasil, o MST – Movimento dos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra – seguem na resistência e se organizam no campo e cidade para reivindicar por terra para plantar e justiça.

No exercício de apresentar um breve panorama da produção de alimentos é preciso apontar a existência de pelo menos dois movimentos simultâneos no campo brasileiro. De um lado o agronegócio (capital nacional e internacional) está ocupado principalmente - mas não apenas - do plantio de cana, soja e milho para atender à demanda por biocombustível e ração animal. Já os itens da cesta básica da população, em especial arroz, feijão e mandioca, são produzidos por pequenos e médios agricultores. Entre estes últimos, há os que estão produzindo na engrenagem do modelo de produção capitalista (ou seja, utilizando as sementes e insumos da dita agricultura moderna e investindo em tecnologia e máquinas quando possível) ou os que estão produzindo fora desse modelo, seja na agricultura de subsistência ou apostando nas práticas e técnicas produtivas da agroecologia e sistemas agroflorestais.

José Graziano da Silva (1999) nos lembra que as fronteiras entre o rural e o urbano estão cada vez mais indistinguíveis. O meio rural se urbanizou. Carlos Porto-Gonçalves e Paulo Alentejano (2010) destacam em artigo que a

crescente urbanização do mundo é um dos aspectos que nos ajudam a compreender a importância da centralidade das questões agrárias. Com cada vez mais pessoas vivendo nas cidades (dados da ONU, de 2019, dão conta que 54% da população mundial vivem em áreas urbanas), a influência e controle das grandes corporações sobre o modo de produção de alimentos, a curto e médio prazo, poderia impulsionar uma “crise” de abastecimento e comprometer inclusive a soberania e segurança alimentar dos povos. Se “Agro é pop”, como diz a propaganda do intervalo comercial em horário nobre na maior rede de tv aberta do país, é bom lembrar que “o pop não poupa ninguém”, como já cantava a banda de rock nos anos 80. (PORTO-GONÇALVES e ALENTEJANO, 2010; SILVA, 1999).

Responsável por uma série de impactos sociais e ambientais, a agricultura moderna, que em seu início no século XIX, apoiou-se na mecanização, está cada dia mais digital e tecnológica, reduzindo ainda mais o emprego da força do trabalhador na lavoura e aumentando as desigualdades (COSTA, 2017). Mas, nos diz Ariovaldo Umbelino de Oliveira, “se por um lado a modernização conservadora ampliou suas áreas de ação, igual e contraditoriamente os movimentos sociais aumentaram a pressão social sobre o Estado na luta de terra.” (OLIVEIRA, 2001, p 197).

### **Agroecologia: uma nova ética emergente.**

Diante do atual quadro da produção de alimentos no mundo, surge a necessidade de encontrarmos alternativas que vislumbrem caminhos para romper com a atual lógica. A agroecologia, em sua dimensão mais completa, pode nos apontar algumas pistas nesse sentido, já que como nos mostram Vargas e Silva:

A agroecologia integra o melhor dos conhecimentos dos camponeses com as mais avançadas tecnologias e pesquisas para produção de alimentos saudáveis. Muito diferente da ‘revolução verde’, que destruiu o meio ambiente e colocou em risco a saúde dos trabalhadores e da população (VARGAS e SILVA, 2016, p. 60).

Aprendi, a partir de vivências junto aos movimentos populares, que a

agroecologia está apoiada num tripé: ela é um modo de produção, uma prática do movimento social e uma área do conhecimento. Da leitura de artigos e textos sobre o assunto, saltaram aos olhos mais duas dimensões, a dimensão educativa e a da agroecologia enquanto política pública, como caminho para o ordenamento e desenvolvimento rural sustentável. Ao pesquisar sobre o tema é importante não perder de vista nenhuma dessas características, buscando sempre assimilar a agroecologia em sua perspectiva multiescalar. (ALTIERI, 2012; MIGLIORATI, 2016; NORDER et al, 2016; PRATES, CUSTÓDIO e GOMES, 2016; VARGAS e SILVA, 2016).

Como modo de produção a agroecologia se apresenta fundamentalmente em oposição ao modo de produção convencional da agricultura moderna, já que abandona o uso de herbicidas e agrotóxicos em monoculturas mecanizadas, para propor uma atividade agrícola que se desenvolva a partir de práticas ecológicas apoiadas na agricultura familiar e em justiça econômica e social (NORDER et al, 2016). No contexto atual de crescimento da demanda por alimentos somado aos impactos ambientais, causados pela agricultura convencional, a agroecologia, nos diz Migliorati, “constitui uma alternativa que permite gerar mais alimentos e fazer de maneira sustentável” (MIGLIORATI 2016, p. 226).

Na sua perspectiva formativa ou educativa, a agroecologia aparece hoje como componente curricular tanto no ensino básico das escolas do campo quanto em cursos de nível superior. Na graduação e pós-graduação, a agroecologia em geral aparece como componente curricular ou área de especialização em cursos como o de ciências agrárias, mas são poucas ofertas de cursos na área se comparadas a cursos tradicionais. Na educação básica, a agroecologia pode compor o currículo de escolas do campo ou orientar experiências e práticas em educação ambiental tanto no campo quanto na cidade. Retomamos a perspectiva formativa no próximo capítulo: Plantar comida na escola (NORDER et al, 2016; RIBEIRO et al, 2017).

No campo científico há diferentes concepções sobre agroecologia como objeto de estudo, tais concepções apontam para diferentes metodologias e consequentemente permitem uma diversidade de interpretações. Luís Antônio

Norder et al definem três concepções norteadoras nos estudos sobre agroecologia: a primeira concepção, etno-ecológica, estuda o uso de técnicas alternativas às da agricultura moderna em “comunidades camponesas, indígenas e outras tradicionais e propõe transformações que reforcem a solidariedade, a localidade, a autonomia e a equidade social” (NORDER et al, 2016, p. 6). A segunda concepção, eclética, busca a transição para um modelo sustentável de produção de alimentos, podendo estar ligada ao ordenamento e desenvolvimento territorial. A terceira concepção, chamada pelos autores de "Universalista", vai estudar qualquer agroecossistema, incluindo “as possibilidades e limites da construção da sustentabilidade na produção agropecuária convencional, agroindustrial, empresarial e em grande escala.” (NORDER et al, 2016, p. 6).

A agroecologia é hoje uma área do conhecimento em disputa. Assim como diferentes correntes de pensamento se debruçam sobre o estudo da agricultura, diferentes campos da sociedade também abordam a agroecologia. As diferentes concepções nem sempre partem da crítica ao sistema de produção convencional, mas todas manifestam um amplo consenso sobre a viabilidade de desenvolver a atividade agropecuária a partir de bases mais ecológicas. E por ser resultado de múltiplas iniciativas realizadas por diferentes atores e instituições, são também variados os debates e interpretações, como nos mostram Norder et al. :

Nota-se que a noção de Agroecologia passou a ser utilizada por instituições com diferentes características, finalidades e prerrogativas: agências de pesquisa, movimentos sociais, órgãos governamentais, organizações não governamentais, fundações, cursos universitários e escolas de ensino médio, agências de assistência técnica e extensão rural e jornalistas, além do órgão da ONU para Agricultura e Alimentação, entre outras. Nesse percurso histórico, a Agroecologia passou a ser definida não apenas como processo de conhecimento, mas também como processo produtivo-organizacional, ou seja, como sinônimo de agricultura ecológica (NORDER et al, 2016, p 4).

A agroecologia trata, portanto, dos muitos modos de produção de alimentos de modo sustentável e alternativo, à chamada agricultura moderna ou convencional implantada com a Revolução Verde. A diversidade conceitual sobre o tema - fruto da multiplicidade das iniciativas - exige de nós o esforço de ampliar o debate sobre os sentidos, enfatizando as controvérsias e as disputas,

uma vez que seus princípios estão em constante discussão.

No decorrer do desenvolvimento das teorias sobre agroecologia foram se integrando e conectando os saberes tradicionais de camponeses, indígenas e quilombolas aos conhecimentos advindos das pesquisas científicas e novas tecnologias. Na agroecologia não existe uma fórmula única para produção de alimentos. Os sistemas agrofloretais, a agricultura orgânica, a permacultura<sup>8</sup>, entre outros modos de produção podem ser implementados para a produção de alimentos, visando um menor impacto da atividade no meio ambiente. Em oposição, a “Revolução Verde” prega a produção em larga escala de uma única espécie, promovendo o latifúndio e a mecanização. Já a agroecologia defende um modelo de produção baseado nas pequenas e médias propriedades, especialmente na agricultura familiar, promovendo uma produção biodiversa que busca não destruir vorazmente as florestas, o solo e as águas.

Veja a seguir uma tabela que preparamos, estabelecendo um comparativo entre o modo de produção agroecológico e o modelo introduzido com a Revolução Verde:

**Tabela 1**  
**Quadro comparativo dos valores e princípios**

<b>Agroecologia</b>	<b>Revolução Verde</b>
contribui para a permanência das famílias no campo;	expropria terras, substitui o trabalhador por máquinas pesadas;
valoriza saberes e práticas de camponeses, quilombolas e indígenas;	homogeniza a produção, não leva em consideração os conhecimentos locais;
promove a biodiversidade e protege os recursos naturais;	promove a monocultura e esgota os recursos naturais;
usa tecnologia para produzir alimentos saudáveis e proteger a natureza;	usa tecnologia para aumentar produção de alimentos sem cuidado com saúde e a natureza
elimina o uso de tóxicos e insumos químicos na produção;	depende do uso de tóxicos e insumos químicos na produção;

<sup>8</sup> Sistemas agrofloretais - práticas de cultivo de alimentos que associam múltiplas espécies em uma mesma área, com interação entre árvores e outras plantas. Remonta aos primórdios da agricultura. Agricultura orgânica - Sistemas que não introduzem insumos químicos nem fazem uso de sementes transgênicas. Desenvolvem técnicas adequadas às condições do solo, do clima, da biodiversidade, etc. Permacultura - significa “cultura permanente” ou “cultura da permanência”, sistema centrado no design e planejamento de ecossistemas sustentáveis, inclui a agricultura, mas pode estender-se a outras áreas.

preocupa-se com a saúde do trabalhador e de quem consome os alimentos;	a ação dos agrotóxicos sobre a saúde humana pode ser fatal;
busca soberania alimentar dos povos.	busca o lucro dos acionistas.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Maria Cristina Vargas e Nívea Regina da Silva (2016) sistematizam os valores e princípios centrais da agroecologia numa cartilha didática e de leitura acessível, “De onde vem nossa comida?”. Para as autoras, com as quais corroboramos, a agroecologia “integra o melhor dos conhecimentos dos camponeses com as mais avançadas tecnologias e pesquisas para produção de alimentos saudáveis.” (VARGAS E SILVA, 2016, p. 60)

Antônio Norder et al destacam que as diferentes interpretações no campo acadêmico e científico, em tensão e encontro com as organizações da sociedade civil criam “novos mecanismos de interação e comunicação.” (NORDER et al, 2016, p. 7), ou seja, é no encontro entre trabalhadores e movimentos do campo e a academia que se constrói o conhecimento sistematizado sobre o tema e é com o conhecimento sobre o tema e técnicas sistematizadas pela academia que o trabalhador do campo implementa a agroecologia e melhora sua produção. Demarcar a compreensão da agroecologia enquanto prática dos movimentos sociais nos ajuda a afastar o erro de transformar ou compreendê-la como um “jeito de fazer” que seja mais um braço para a acumulação de capital. Já que, como observa Norder et al:

Movimentos sociais em geral refutam categoricamente essas tecnologias (insumos agroindustriais e sementes geneticamente modificadas), apontando seus limites ecológicos e contradições sociais, ao mesmo tempo em que reafirmam a centralidade de uma abordagem sobre os limites da qualidade no sistema agroalimentar convencional, a importância da construção de novas relações entre agricultores e consumidores e a valorização da proximidade, da solidariedade e da equidade. (NORDER, et al 2016, p 6)

Enquanto prática de movimentos populares e sendo “parte relevante de uma estratégia de mobilização social e política” (NORDER et al, 2016, p. 7), a agroecologia devolve o protagonismo à agricultura familiar, enquanto estimula a organização através de mecanismos participativos (cooperativas, associações) que estimulam uma produção agrobiodiversa e que tenha sua distribuição em

circuitos curtos de comercialização.

No Brasil, Norder et al afirmam que:

a agroecologia figura, exclusivamente, como referência conceitual no movimento social vinculado à agricultura familiar ou camponesa, popular, tradicional, indígena; já as organizações da agricultura empresarial (produtora de grãos em larga escala), historicamente vinculadas ao consumo de insumos agroindustriais e à produção monocultural em grande escala, não fazem menção à agroecologia (NORDER, et al, 2016, p. 9)

E continuam:

A agroecologia constitui-se como ciência, prática e movimento social, mas também, mais recentemente, como política governamental, modalidade de educação formal, nova profissão e, para alguns, como modo de vida, ideologia e utopia. (NORDER et al, 2016, p.13)

Portanto, se não perdemos de vista as lutas e reivindicações dos movimentos sociais, a agroecologia tende a preservar seu potencial transformador - primeiro, de nós mesmos, em seguida da sociedade. É que quando a gente começa a trabalhar com a terra na produção de alimentos, vamos nos dando conta de que a natureza opera não na lógica da acumulação, mas na da abundância. São outros paradigmas. A agroecologia, no horizonte para onde está mirando, enxerga sua contribuição na superação da fome no mundo com garantia de uma vida de qualidade para aqueles que trabalham na terra e para os que consomem seus alimentos. Do nosso ponto de vista, a agroecologia nunca será compreendida de forma internalizada ao capital, mas mantendo-se em oposição e numa perspectiva anticapitalista.

## **E o que a escola tem a ver com isso?**

No percorrer de nossa pesquisa, o tema da agroecologia apareceu presente e bem definido ao tratar da modalidade de educação do campo. A lacuna que naquele momento percebemos, a respeito das reflexões sobre agroecologia no contexto escolar urbano, foi conduzindo nossas escolhas de pesquisa. A agroecologia é uma temática relativamente nova e apesar de o tema ser atualmente bastante pesquisado, não dispomos ainda de um acúmulo expressivo de trabalhos acadêmicos sobre Agroecologia, relacionando-a com “geografia”, “ensino” ou mesmo “escola” e “educação”. Durante o levantamento

de bibliografia para a pesquisa do TCC, buscamos artigos publicados na Revista Brasileira de Agroecologia, principal periódico científico sobre Agroecologia no Brasil. Entre 2006 e 2020, dos quase 3 mil artigos publicados na revista, apenas 3,47% dos trabalhos traziam, de forma evidente em seus títulos, alguma relação com o contexto escolar.

Num livro publicado em parceria com a Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Bueno - EPAAEB, chamado “Agroecologia na educação básica: questões propositivas de conteúdo e metodologia” é proposto um currículo de Agroecologia para a educação no campo e os autores apontam que “a agroecologia pode ser um conhecimento integrador de várias áreas do conhecimento e proporcionar a práxis educativa” (RIBEIRO et al, 2017, p. 14).

Ao tratar da realidade das escolas do campo, o currículo presente na proposta da EPAAEB nos provoca a todo momento pensar nas relações entre agroecologia, trabalho e território. E foi aqui que surgiu nossa primeira e mais importante questão norteadora da pesquisa: Já que jardinagem de apartamento<sup>9</sup> não é agroecologia, como fazer que as escolas no contexto das cidades possam experimentá-la?

Seguimos o curso de nossa investigação com olhos e ouvidos atentos para a produção de experiências positivas pelos estudantes em situações onde o cotidiano escolar acolhe a prática de plantio de alimentos, buscando um “despertar de geografidades” a partir dos lugares. Numa horta escolar, o conceito de Geograficidade, descrito por Eric Dardel (2015) como a condição da consciência de uma relação de intimidade e dependência que o homem tem com a Terra, poderá ser revelada/descoberta pelos estudantes.

Para Eric Dardel, “a geografia não implica somente no reconhecimento da realidade em sua materialidade, ela se conquista como técnica de *irrealização*, sobre a própria realidade.” (DARDEL, 2015, p. 5). À “irrealização” sugerida por Dardel aproximamos a figura do “arquiteto rebelde”, de David Harvey: “Desejar, pensar e sonhar a diferença” (HARVEY, 2015, p. 311). A

---

<sup>9</sup> em referência à entrevista de *Kelli Mafort, liderança do MST (Movimento dos trabalhadores rurais sem Terra)* ao site de notícias *Brasil de Fato*. (BRASIL DE FATO, 2019) <https://www.brasildefato.com.br/2019/06/24/nao-se-faz-agroecologia-em-vaso-de-apartamento-diz-kelli-mafort-do-mst/> (último acesso em 17/08/2022)

geograficidade descrita por Eric Dardel trata da consciência de nossa realidade geográfica. Ele nos diz que “participamos, por mais modernos que sejamos, por um acordo ou desacordo fundamental, do ritmo do mundo circundante.” (DARDEL, 2015, p. 6). É aqui, neste planeta, que vivemos. E se vivemos aqui, é aqui o palco onde devemos nos colocar em cena. Portanto, Harvey e Dardel falam da geografia como capacidade/necessidade de compreender o mundo e criar/transformar a realidade.

Refletindo sobre o contexto escolar, vamos ao encontro da ideia de que a geografia escolar deva superar a mera descrição de paisagens ou explicação de fenômenos, assumindo um viés de participação que leve a transformação do mundo e de nós mesmos, simultaneamente. A respeito da produção de alimentos em nossa sociedade, a horta escolar, como “técnica de irrealização”, pode surgir como o lugar onde - atentos e em colaboração com a natureza - revelam-se outras lógicas de produção.

Doreen Massey nos diz que:

a aceleração atual talvez esteja fortemente determinada pelas forças econômicas, mas não é só a economia que determina nossa experiência de espaço e lugar. Em outras palavras e dito de forma mais simples, há muito mais coisas determinando nossa vivência do espaço que o capital. (MASSEY, 2000, p. 179)

Para nós, que vivemos nas cidades, a chance de não sermos aniquilados pela compressão do espaço pelo tempo e pelo capitalismo, talvez esteja nos momentos de vivência que nos conectem aos lugares, nos restituindo a humanidade que o capital usurpou. Ana Fani Carlos define os lugares como:

produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e pela cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida (CARLOS, 2007, p. 22)

Os lugares estão no âmbito mais imediato de nossas vidas. É o espaço conhecido, vivido, onde estabelecemos redes de afeto. No quadro atual da globalização, Milton Santos (2002) destaca o papel de centralidade dos lugares e do cotidiano em nossa relação com o mundo. Ao passo que a globalização nos impõe a fluidez e a velocidade, cada lugar, “irrecusavelmente imerso numa

comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais” (SANTOS, 2002, p. 314). Compreendo que nos momentos em que nos fazemos presentes no aqui e no agora, nos momentos em que nos entrelaçamos aos lugares e construímos relações de afeto, quando afetamos e somos afetados, é quando a aceleração atual não controla as engrenagens.

O cuidado de uma horta escolar ou comunitária ou a relação de proximidade e afeto construída com produtores locais, definitivamente, fortalece e traz novos significados aos lugares e nossa vivência neles (COELHO e BÓGUS, 2016; ARRUDA e SOUZA, 2009). Além disso, a prática de produzir o próprio alimento - por nos sujeitar à força e ao tempo da natureza - pode ser uma experiência que contribua para nos despertar o sentido de geograficidade descrito por Dardel.

Para Dardel, que lecionava geografia e história no início do século XX, o humano é chamado à existência enquanto ser histórico e geográfico. A geografia pode até ser uma ciência moderna, que se desenvolve a partir do século XIX, mas:

Antes do geógrafo e de sua preocupação com uma ciência exata, a história mostra uma geografia em ato, uma vontade intrépida de correr o mundo, de franquear os mares, de explorar os continentes. Conhecer o desconhecido, atingir o inacessível, a inquietude geográfica precede e sustenta a ciência objetiva. Amor ao solo natal ou busca por novos ambientes, uma relação concreta liga o homem à Terra, uma *geograficidade (géographicité)* do homem como modo de sua existência e de seu destino. É dessa primeira surpresa do homem frente à Terra e à intenção inicial da reflexão geográfica sobre essa “descoberta” que se trata aqui, questionando a geografia na perspectiva do próprio geógrafo ou, mais simplesmente, do homem interessado no mundo circundante (DARDEL, 2015, p.1 e 2)

A reflexão em torno da obra “O Homem e a Terra” nos serviu de base para compreensão da própria ciência geográfica. Já que para Dardel,

A geografia não é, de início, um conhecimento; a realidade geográfica não é, então, um ‘objeto’; o espaço geográfico não é um espaço em branco a ser preenchido a seguir com colorido. A ciência geográfica pressupõe que o mundo seja conhecido geograficamente, que o homem se sinta e se saiba ligado à Terra como ser chamado a se realizar em sua condição terrestre. (...) a realidade geográfica é, para o homem, então, o lugar onde ele está, os lugares de sua infância, o ambiente que atrai sua presença. Terras que ele pisa ou onde ele trabalha, o horizonte do seu vale, ou a sua rua, o seu bairro, seus deslocamentos cotidianos através da cidade. (DARDEL, 2015, p. 33 e 34. grifo nosso.)

Encontramos em Dardel bases teóricas de uma concepção da experiência geográfica que destaca uma intimidade com a Terra e da realidade geográfica ligada aos lugares. Cidadãos globais na atualidade, é na dimensão do lugar que se encontra a potência de nossa atuação, é no âmbito do cotidiano, do nosso espaço vivido, que se encontram as possibilidades de resignificação e recriação. Tal dimensão a que se refere Dardel, de conhecer o mundo geograficamente, inclui conhecer o contexto da produção dos alimentos que consumimos e das lógicas que envolvem aquilo que comemos. Saber-se ligado à Terra deve servir, entre outras coisas, para despertar e regular outras lógicas de produção como alternativas ao atual modelo hegemônico.

### **Considerações finais**

Vamos terminar pelo começo: o caminho percorrido antes de chegar no no “tema”, no “objeto” deste artigo, que é também um excerto do trabalho de conclusão de curso. Estava ainda indeciso com o tema quando participei da 1ª Feira Regional da Reforma Agrária Pe. Geraldo Lima. A feira regional era organizada por famílias do Assentamento Terra Prometida e foi interrompida pela pandemia da covid-19. O assentamento está numa área destinada pelo poder público para reforma agrária, ocupando uma área no entorno da reserva do Tinguá, abrangendo áreas dos municípios de Duque de Caxias e Nova Iguaçu, RJ. São cerca de 50 famílias assentadas que vivem e trabalham com agricultura.

Sendo aquela a primeira edição da feira regional, os organizadores fizeram um momento de fala e mística de abertura. Uma das organizadoras e agricultora, a Bia Carvalho, falou entre outras coisas sobre “agricultura popular”. Bia explicou que a agricultura popular se dá quando campo e cidade se unem por justiça e direitos no campo, garantindo soberania alimentar e comida de qualidade. Bia associa a agricultura popular à agroecologia e fala da agroecologia quase como uma outra cosmovisão, uma outra relação com a terra, com aquilo que se planta. Agroecologia estava acontecendo naquela feira, naquele encontro do produtor com o consumidor, na comida de verdade,

gostosa, de qualidade, produzida sem veneno e vendida a preço justo. A experiência daquela feira me atravessou o peito e o tema tem me acompanhado como interesse de pesquisa desde então.

A definição de agricultura popular apresentada na 1ª Feira Regional da Reforma Agrária pela Bia, agricultura assentada na Terra Prometida/Duque de Caxias, envolve a cidade na rede de produção. No contexto de uma educação crítica e de base popular, é preciso considerar que a cidade não pode assumir uma postura passiva diante daquilo que chega à nossa mesa. As fronteiras entre campo e cidade não deveriam demarcar uma separação entre os lugares, onde cada um funcione alheio ao outro, e sim uma zona de contato e onde se cria condições para diferentes fluxos.

A crescente urbanização, já citada neste trabalho, é um dos pontos que nos provoca reflexão: Se somos cada vez mais pessoas vivendo em áreas urbanas, até que ponto a cidade pode estar alheia à produção, às lutas e as pautas e reivindicações do campo? Se são os pequenos e médios agricultores que produzem a comida servida nas mesas da cidade, como apoiar aqueles que se opõem à lógica hegemônica e investem seu trabalho na produção de alimentos de modo mais sustentável? Qual o papel da escola nesse debate?

Friedrich Engels aponta que é preciso “conceber, em primeiro lugar, as ideias sob forma concreta e, em seguida, as coisas concretas” (ENGELS, 1979, p. 142). Assim, a decisão de pesquisar a respeito da agroecologia no contexto das escolas das cidades dialoga com a afirmação do filósofo. Nossa concepção de agroecologia nasce da vivência nos movimentos sociais, na organização de trabalhadoras e trabalhadores do campo em vistas à produção de alimentos livres de venenos. Pensar a relação dessa dimensão agroecológica com a escola e o ensino de geografia, iniciou em nossa pesquisa para o trabalho de conclusão de curso e nos acompanha como interesse de pesquisa.

Atualmente estamos desenvolvendo a pesquisa *“Onde está a geografia no que a gente come? - Alimentação, Agroecologia e agricultura popular no livro didático de geografia do Novo Ensino médio: propostas e percepções*, no programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, sob orientação da professora Edileusa Queiroz. Agora, tendo

como ponto de partida o livro didático e a prática docente - a nossa e de outros professores participantes da pesquisa -, seguimos buscando pensar como a escola no contexto das cidades e o ensino de geografia podem se integrar ao debate agroecológico e da segurança alimentar.

## Referências

- ACSELRAD, Henri. **Justiça ambiental – ação coletiva e estratégias argumentativas**. In: ACSELRAD, H; HERCULANO, S; PÁDUA, J. A. (org.). *Justiça ambiental e Cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. pp 23-40.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular; AS-PTA, 2012.
- ARRUDA, Juliana; SOUZA, Raphaela Santos de. **Horta escolar: Importância no desenvolvimento integral do ser humano**. In: *Revista Brasileira de Agroecologia*. Vol 04 N 02, novembro 2009. pp 2018-2021.
- BARROS, Manoel de. **Menino do mato**. São Paulo: Leya, 2010.
- BRASIL. **Lei 4.504, de 30 de Novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4504-30-novembro-1964-377628-norma-pl.html> último acesso em 24 de fevereiro de 2020.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.
- COELHO, Denise Eugênio; BÓGUS, Claudia Maria. **Vivências de plantar e comer: a horta escolar como prática educativa, sob a perspectiva dos educadores**. In: *Revista Saúde Soc*. São Paulo, Vol 25. N 3, 2016. pp 761 - 771.
- COSTA, Manoel Baltasar Baptista da. **Agroecologia no Brasil: história, princípios e práticas**. São Paulo: Expressão popular, 2017.
- DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra**. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- ENGELS, Friedrich. **Dialética e Ciência**. In: *A dialética da Natureza*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HARVEY, David. **O arquiteto rebelde em ação**. In: *Espaços de Esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2015.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo : Companhia das Letras, 2019.
- MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro Machado. **Dialética da Agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- MASSEY, Doreen. **Globalização espacial**. In: *Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MASSEY, Doreen. **Um sentido global do lugar**. In: ARANTES, Antônio A. (Org). *O espaço da*

diferença. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MIGLIORATI, Mario. **Agroecología, una alternativa viable**. Buenos Aires: RIA – Revista Investigaciones Agropecuarias. v. 42 n 3, dezembro 2016. pp. 226-233. ISSN 0325-8718 ISSN 1669-2314 Institución Editora: Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA)

NORDER, Luiz Antonio et al. **Agroecologia: polissemia, pluralismo e controvérsias**. In: Ambiente & Sociedade. v. XIX n 3, jul-set 2016. pp. 1-20.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. In: Estudos Avançados 15 (43), 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. 672p., il. ISBN 9788580575811 : (broch.).

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; ALENTEJANO, Paulo. **Geografia Agrária de la crisis de los alimentos en Brasil**. In: Mundo Siglo XXI. Revista del Centro de Investigaciones económicas, administrativas y Sociales del Instituto Politécnico Nacional. N 20. México: Março de 2010. pp 39 - 54. ISSN 1870-2872.

PRATES JÚNIOR, Paulo; CUSTÓDIO, Aldo Max; GOMES, Thiago Oliveira. **Agroecologia: fundamentos teóricos e epistemológicos**. Revista Brasileira de Agroecologia, [S.l.], v. 11, n. 3, sep. 2016. ISSN 1980-9735. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/16783>> Acesso em: 05 maio 2020.

RIBEIRO, Dionara Soares et al (org.). **Agroecologia na educação básica: questões propositivas de conteúdo e metodologia**. São Paulo: Outras Expressões, 2017.

ROCHA, Mônica Guerra. **O que comemos muda o mundo? Regenerando o planeta e reconectando os seres pela comida**. In: Isto não é (apenas) um livro de receitas: é um jeito de mudar o mundo. Rio de Janeiro: Editora Fundação Heinrich Böll, 2019. pp 14 - 17.

RODRIGUES, Phillipe Augusto Ferreira; et al. **Obesidade e o peso do interesse do capital**. In: Revista Advir / Associação dos Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Asduerj. N 34, dezembro 2015. pp 55-62. ISSN 1518-3769

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, Milton. **Cap 14 - O lugar e o cotidiano**. In: A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SILVA, Ivan Crespo. **Sistemas Agroflorestais: conceitos e métodos**. Itabuna: SBSAF, 2013.

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro - capítulo 1**. In: O Novo Rural Brasileiro. Campinas, SP: UNICAMP/IE, 1999. pp 1-32.

SIQUEIRA, Josafá Carlos de. **Ética ambiental no contexto da globalização**. In: RUA, João (org.). Paisagem, Espaço e Sustentabilidades: Uma perspectiva multidimensional da Geografia.

Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2007.

VARGAS, Maria Cristina; SILVA, Nívea Regina da (org). **De onde vem nossa comida.** 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2016.